

## ORPLANA INFORMA Nº 43 – 17 de NOVEMBRO de 2014

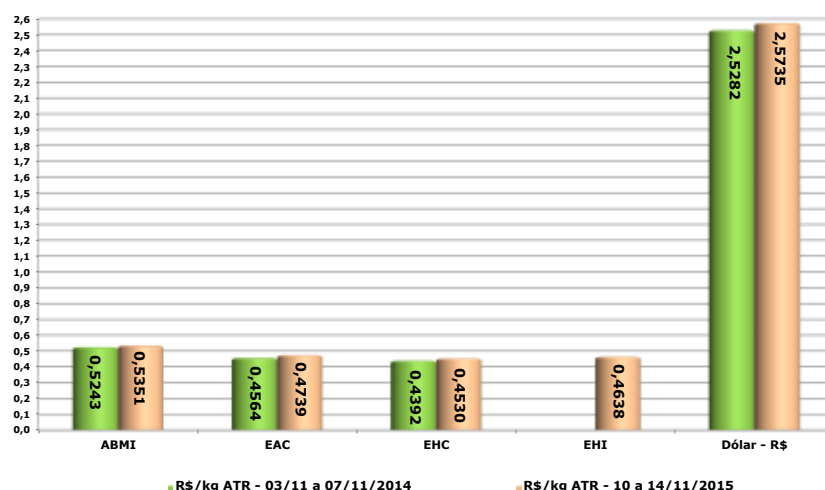
ALTA NOS PREÇOS DO AÇÚCAR E DO ETANOL ANIDRO CARBURANTE, HIDRATADO CARBURANTE.

POSIÇÃO: Semana de 10 a 14/11/2014

1. Preços médios do açúcar no mercado SPOT e do etanol, anidro e hidratado, Carburantes e do Hidratado Industrial, levantados pelo CEPEA/ESALQ.

PRODUTO	SEMANA				VARIACÃO	
	03 a 07/11/2014		10 a 14/11/2014		R\$	%
	R\$	R\$/kg ATR	R\$	R\$/kg ATR		
ABMI – R\$/saco	49,72	0,5243	50,75	0,5351	1,03	2,06
EAC – R\$/m3	1285,60	0,4564	1334,90	0,4739	49,30	3,83
EHC – R\$/m3	1185,30	0,4392	1222,70	0,4530	37,40	3,16
EHI – R\$/m3	Sem informação	0,0000	1251,80	0,4638	92,10	7,94
Dólar – R\$	2,5282		2,5735		0,0453	1,79

Figura 1. Comportamento dos preços do kg de ATR do ABMI, EAC, EHC, EHI e do DOLAR no mês de Novembro de 2014.



## 2. Preço líquido do açúcar ao produtor

PRODUTO	03 a 07/11/2014		10 a 14/11/2014		VARIACÃO		
	R\$/t	R\$/saco	R\$/t	R\$/saco	R\$/t	R\$/saco	%
ABMI	924,79	46,24	943,88	47,19	19,08	0,95	2,06

O preço do açúcar no mercado SPOT apresentou no mês de novembro uma **alta** de 2,53% (R\$23,25/t) e, na safra, uma **queda** de 0,58% (R\$ 5,48/t ou R\$ 0,27/saco).

## 3. Projeção de preços semanal

A Tabela contendo os preços da safra 2014/2015 apresentada a seguir, foi elaborada com base nos preços do açúcar e do etanol praticados no mercado interno, divulgados pelo CEPEA/ESALQ e da cotação de preços médios de açúcar projetados com base na Bolsa de Nova York.

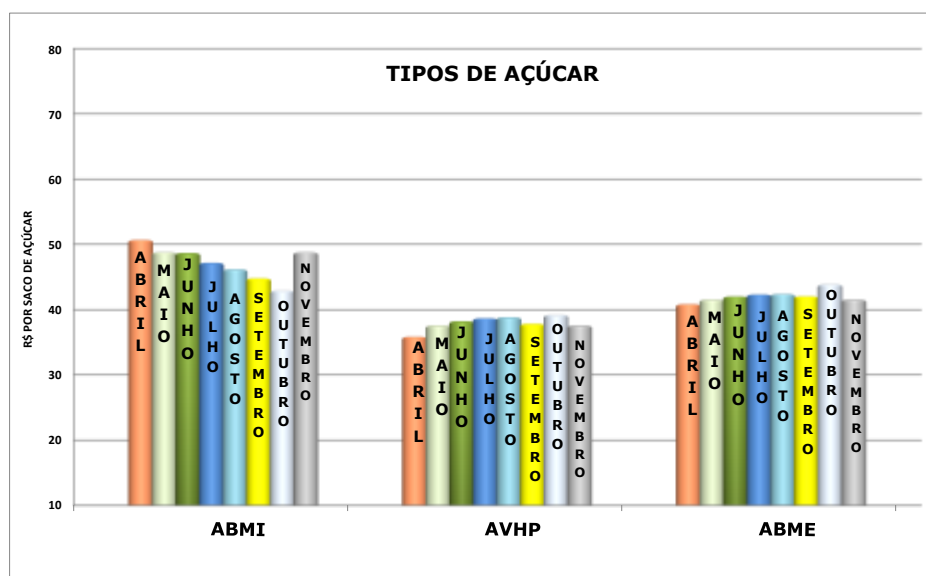
Mês	PROJEÇÃO SEMANAL								Fechamento	
	1ª		2ª		3ª		4ª			
<b>Abril/14</b>					0,4775	0,4775	0,4775	0,4775	0,4802	0,4802
<b>Maio</b>	0,4697	0,4745	0,4619	0,4700	0,4572	0,4674	0,4551	0,4662	0,4608	0,4697
<b>Junho</b>	0,4598	0,4669	0,4582	0,4661	0,4583	0,4661	0,4578	0,4658	0,4615	0,4666
<b>Julho</b>	0,4605	0,4650	0,4616	0,4653	0,4617	0,4653	0,4613	0,4652	0,4643	0,4662
<b>Agosto</b>	0,4554	0,4642	0,4600	0,4652	0,4530	0,4636	0,4643	0,4653	0,4609	0,4654
<b>Setembro</b>	0,4579	0,4641	0,4580	0,4641	0,4576	0,4641	0,4574	0,4639	0,4554	0,4637
<b>Outubro</b>	0,4508	0,4617	0,4502	0,4617	0,4502	0,4617	0,4510	0,4618	0,4498	0,4615
<b>Novembro</b>	0,4543	0,4605	0,4543	0,4606						

#### 4. Mercado Futuro

No mercado futuro, os preços do açúcar na **Bolsa de Nova York**, o **Etanol Hidratado posto Paulínia (SP)** e a **cotação do dólar**, fecharam em **alta** na semana de **10 a 17/11/2014**, em relação à semana anterior (**03 a 07/11/2014**).

#### 5. Figura 2 - Comportamento dos preços do açúcar de mercado interno (ABMI) e externo (ABME e AVHP), nos meses de abril a Outubro de 2014 e os projetados para o mês Novembro de 2014.

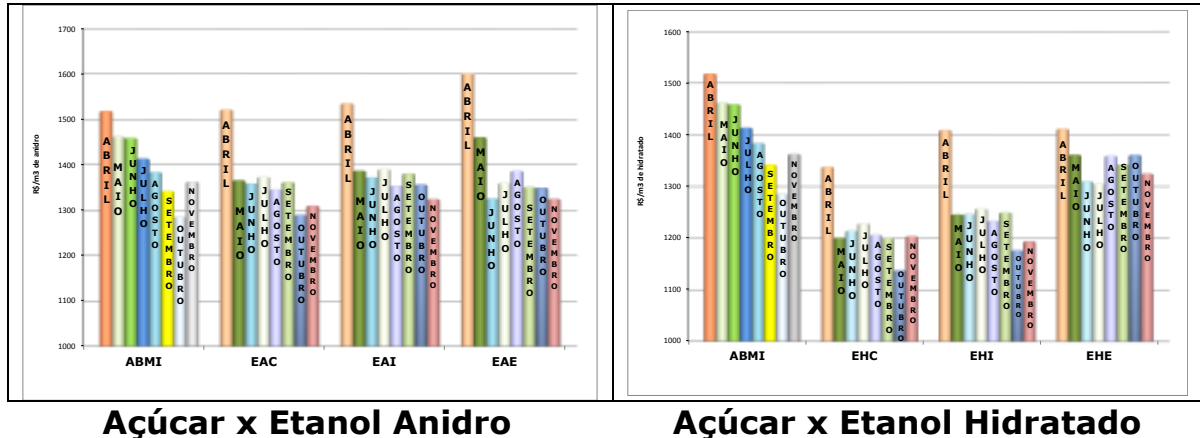
**SAFRA 2014/2015.**



#### 6. Variação dos preços líquidos do etanol anidro carburante (EAC), do etanol hidratado carburante (EHC) e industrial (EHI), devidos ao produtor, praticados na Safra 2014/2015.

VARIAÇÃO %	EAC	EHC	EHI
Safra	-2,74%	-2,44%	-6,04%
Mês	3,83%	3,16%	7,94%

**Figura 3 - Comparação entre os preços do Açúcar de Mercado Interno (ABMI), expresso em preço do etanol anidro e do hidratado de todos os tipos, nos meses de abril a Outubro de 2014 e os projetados para o mês Novembro de 2014.**



### ATIVIDADES DA SEMANA

**Dia 10** – A Assessoria Técnica participou da reunião do Grupo Técnico da CANATEC para dar continuidade à revisão do Manual de Instruções do CONSECANA, na Sede da ORPLANA em Piracicaba/SP.

**Dia 14** - A Assessoria Técnica participou da reunião do CONSELHO DELIBERATIVO da ORPLANA, na Sede da ORPLANA em Piracicaba/SP, para tratar dos seguintes assuntos: 1. Aprovação da ATA da Reunião de 17/10/2014; 2. CONSECANA: Reuniões Prévias e Plenárias; Regulamento Interno ORPLANA – CONSECANA; 3. WORKSHOP ORPLANA; 4. Safra 2014/2015: Produção de cana, açúcar e etanol; Qualidade da Matéria Prima: Atualização das informações. Projeção de preço do kg de ATR para Novembro. Custos de Produção – Outubro de 2014; 5. Atividades da Diretoria; 6. Subvenção para os Fornecedores de Cana do Estado de São Paulo: Novo Posicionamento; 7. Outros Assuntos: Eventos (WABCG/ISO).

### AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

**Dia 17** – A Assessoria Técnica estará participando da reunião do CONSECANA, realizada na UNICA em São Paulo/SP.

**Dia 18** - A Assessoria Técnica participará da visita de técnicos do Grupo Executivo do Protocolo Agroambiental, composto por representantes da Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, na Associação dos Plantadores de Cana do Médio Tietê (ASCANA), no município de Lençóis Paulista/SP.

**Dia 19** – A Assessoria Técnica estará participando da reunião do Grupo Técnico da CANATEC para dar continuidade à revisão do Manual de Instruções do CONSECANA, realizada na Sede da ORPLANA em Piracicaba/SP.

### NOTÍCIAS DA SEMANA

### **Governo quer viabilizar produção de etanol de milho no Centro-Oeste**

A produção de etanol de milho entrou no foco do governo, que já deu aval a quatro novos projetos que terão financiamentos do BNDES.

Neri Geller, ministro da Agricultura, diz que a pasta trabalha com várias ações e que a evolução desse setor é importante para viabilizar o avanço da produção de milho no país e aumentar o valor agregado do cereal.

Os novos projetos estão localizados no Centro-Oeste, a nova fronteira na produção de milho. Sem incentivo para uma industrialização do produto, a produção na região cairá, devido às dificuldades de escoamento. "Essas ações são necessárias para que haja uma sustentabilidade econômica da atividade", diz o ministro. Além do incentivo à produção de etanol de milho, o governo busca também facilitar a comercialização do cereal por meio de contratos de opções, melhoria na logística e abertura de novos mercados para agregação de valor.

Um dos entraves até agora no apoio do governo a esse setor eram os acordos internacionais na área de segurança alimentar. A viabilização da produção de etanol de milho permitirá ao país utilizar o excedente de produção para o combustível. Além disso, boa parte dos resíduos irá para a alimentação animal, setor em que o país ganha corpo no mercado externo, segundo Geller. O milho utilizado na produção de etanol não competiria com o destinado à alimentação porque o país tem espaço para a agregação de novas áreas de plantio.

Esse aumento de espaço viria principalmente das áreas de pastagens subutilizadas. Se o país agregar mais tecnologia na produção e adubar aqui como se faz nos Estados Unidos, poderá elevar em muito a área de plantio, de acordo com o ministro. A posição do ministério é um alívio para os produtores, que viam falta de apoio do governo na produção de milho de etanol devido a acordos internacionais na área de segurança alimentar.

O tema é importante e deve estar presente nas discussões diárias, mas o governo tem de se posicionar com firmeza diante deles, segundo o ministro. E acordos que não são bons para o produtor estão sendo revistos.

Um dos passos foi fornecer crédito para esses projetos, o que já está sendo feito por meio do BNDES, afirma. A política do governo para o setor sucroenergético tem sido criticada, no entanto, pelos produtores do combustível proveniente de cana.

### **Usina flex estende atividade na produção**

A partir da safra 2011/12, a Usimat, usina projetada para processar cana, passou também a fazer etanol de milho. Situada em Campos de Júlio (MT), usou 15 mil toneladas de milho naquela safra e deverá processar 110 mil nesta.

Finda a safra de cana, a usina produz etanol com milho e sorgo. A viabilidade da usina flex depende de custos da matéria-prima e de preços de venda dos produtos obtidos --etanol, óleo e ração. A localização ideal para esses projetos é onde há oferta de matéria-prima e demandas por etanol e por ração.

Sérgio Barbieri, diretor da empresa, diz que a produção flex traz benefícios porque na entressafra da cana a usina se mantém ativa com o processamento dos cereais. "A condição de a Usimat operar com cana e cereais nos permitiu ter resultados", diz. Mas a situação do setor em Mato Grosso não é confortável. O Estado produz mais etanol do que consome e o passeio do combustível o torna menos competitivo.

A legislação exige que o etanol passe por uma distribuidora. O etanol sai de Campos de Júlio, roda 610 km até Cuiabá e volta ao mesmo lugar.

O desafio é trabalhar para elevar o consumo e para que o setor tenha regras definidas por ao menos cinco anos, diz Barbieri. "É preciso, também, fazermos o dever de casa com mais produtividade e redução de custos" (Folha de S.Paulo, 8/11/14)

### **São Paulo reduz projeções para safras de cana e laranja**

O Estado de São Paulo, maior produtor brasileiro de laranja e cana-de-açúcar, reduziu ligeiramente as suas previsões de colheita deste ano para esses produtos agrícolas, na comparação com o levantamento anterior, enquanto elevou a expectativa de colheita de café, segundo nota divulgada nesta segunda-feira pela Secretaria Estadual de Agricultura.

Entre as grandes safras paulistas, as de café e cana foram especialmente prejudicadas pela seca histórica registrada no último verão, que foi seguida por meses de precipitações mensais mais baixas que a média.

A colheita de café apenas não cairá na comparação anual porque 2013 foi um ano de baixa no ciclo bianual de produtividade das plantações de arábica. Já safra de laranja contou com uma grande florada ao final do ano passado, permitindo um pequeno crescimento da produção em 2014. No caso da cana, as perdas foram expressivas. São Paulo, que responde tradicionalmente por mais de 70 por cento da safra de cana do centro-sul, deverá colher 402,6 milhões de toneladas este ano, segundo levantamento feito em setembro, redução de 1,6 por cento na comparação com a estimativa de junho, e uma queda de 9,4 por cento em relação a 2013. A secretaria explicou que a queda de safra considera perdas de produtividade devido à estiagem e uma área plantada que parou de crescer, como acontecia anteriormente, por conta das "condições econômicas adversas que atravessa o setor nos últimos anos".

A "anomalia climática desfavorável que atingiu a lavoura no período de desenvolvimento" reduziu a produtividade em 10,2 por cento, segundo apuraram os especialistas do governo.

### **Grupo Virgolino de Oliveira busca aporte de capital para conter crise**

O Grupo Virgolino de Oliveira (GVO), uma das companhias sucroalcooleiras mais tradicionais do País, está em negociações para tentar levantar cerca de US\$ 100 milhões para conter a crise financeira pela qual passa, segundo apurou o jornal O Estado de S. Paulo.

A família Ruete Oliveira, controladora das quatro usinas do GVO, contratou o banco americano Moelis para assessorá-la na reestruturação do grupo, processo que já está em andamento. Endividado, o grupo passa por um forte aperto de liquidez neste momento. Boa parte dos fornecedores de cana que abastecem as usinas do GVO está com pagamento atrasado.

O jornal O Estado apurou que alguns desses fornecedores querem reaver as terras arrendadas para companhia. Procurado, o grupo não comenta. Há duas semanas, o GVO anunciou ao mercado a contratação do banco americano para promover a reestruturação financeira e dos escritórios Santos Neto Advogados e Kirkland & Ellis LLP para assessoria jurídica.

A situação financeira do grupo não é das melhores. A companhia está em pleno processo de renegociação de seus bonds (títulos de dívida externa), estimados em US\$ 735 milhões. Uma parte deles tem vencimento em 2018 e a outra em 2022.

A companhia ainda deve cerca de US\$ 200 milhões para bancos brasileiros, entre eles, Bradesco, Itaú, Santander, Pine e Votorantim. No mês passado, as agências de classificação de risco Moody's, Fitch e S&P rebaixaram a nota da empresa por conta da deterioração da liquidez do grupo. Fontes a par do assunto afirmaram à reportagem que as renegociações com os credores seguem firmes, mas o grupo precisa de mais uma injeção de capital para fazer frente aos problemas financeiros de curto prazo.

Esse aporte estaria sendo negociado com os próprios "bondholders" (detentores da dívida externa). Alguns deles, contudo, não estariam dispostos a colocar mais dinheiro na companhia, segundo fontes de mercado.

Pessoas familiarizadas com o assunto informaram que há expectativa de que novos investidores entrem com capital novo na companhia, no qual pode haver também novo rearranjo societário. Mas não há nada fechado até o momento.

Um dos mais tradicionais grupos do setor, o GVO é a maior companhia associada à Copersucar e também um dos seus maiores acionistas, com 10% de participação.

A Copersucar é a empresa responsável por 100% da comercialização de açúcar e etanol de suas usinas associadas - 45 unidades produtoras no total, representando 25 grupos.

A Copersucar tem como política pagar antecipadamente a produção de açúcar e álcool para parte de seus associados, dentro de um limite estipulado. O GVO é um dos que se financiam com a Copersucar. "Quando a usina Aralco (que pertencia à Copersucar antes de entrar em recuperação judicial em maio deste ano) entrou em crise, a fiança bancária concedida às usinas associadas ficou muito mais limitada. Além disso, a restrição de crédito para o setor, de modo geral, está mais difícil", afirmou uma fonte ao jornal O Estado.

Com quatro usinas no Estado de São Paulo, com capacidade de moagem total de 12 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra, o GVO está entre os dez maiores grupos do País. A receita líquida na safra passada, a 2013/14, ficou em torno de R\$ 1,2 bilhão. A seca deste ano prejudicou a safra do grupo.

Turbulência

Uma das fortes lideranças do passado, o GVO faz parte de um grande contingente de usinas abatidas pela crise financeira global de 2008. Altamente endividadas por causa de projetos de expansão de novas unidades, a turbulência do setor se agravou em 2009, levando muitas companhias a entrar em recuperação judicial e outras serem vendidas.

Com os preços do etanol atrelados à gasolina, as usinas também perderam competitividade nos últimos anos por causa dos poucos reajustes da Petrobras ao combustível (O Estado de S. Paulo, 10/11/14)

### **Dilma deixou a desejar no diálogo com a sociedade, diz ministro**

Chefe da Secretaria - Geral da Presidência, responsável pela ponte entre o Palácio do Planalto e os movimentos sociais, o ministro Gilberto Carvalho afirma que a presidente Dilma Rousseff se afastou dos "principais atores na economia e na política" nos últimos quatro anos. "O governo da presidenta Dilma deixou de fazer da maneira tão intensa, como era feito no tempo do (ex-presidente) Lula, esse diálogo de chamar os atores antes de tomar decisões. De ouvir com cuidado e ouvir muitos diferentes, para produzir sínteses que contemplassem os interesses diversos", afirma Carvalho.

Em entrevista à BBC Brasil, na qual fez um balanço dos últimos quatro anos de governo, o ministro admite ainda que a atual gestão "avançou pouco" em demandas de movimentos sociais, sobretudo nas reformas agrária e urbana e na demarcação de terras indígenas.

Segundo ele, "faltou competência e clareza" ao governo para avançar na questão indígena, e em alguns episódios a gestão deu "tiros no pé".

Ele defendeu, no entanto, o envio da Força Nacional de Segurança para reprimir protestos de indígenas contra a construção da usina de Belo Monte e disse que, se necessário, a mesma postura será adotada no rio Tapajós, no Pará, onde há planos de erguer mais hidrelétricas nos próximos anos.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista, concedida na quinta-feira no Palácio do Planalto, em Brasília.

BBC Brasil – Em seu primeiro discurso após ser reeleita, a presidente prometeu ampliar o diálogo com a sociedade. Foi um reconhecimento de que o governo falhou nessa área?

Gilberto Carvalho – A fala da presidenta estava voltada para a necessidade de reunificação do país, porque uma campanha eleitoral deixa sequelas. Mas houve deficiências, é verdade. O governo praticou o diálogo nesses anos, mas, para o padrão da sociedade brasileira hoje, há muito que fazer.

BBC Brasil - Em que pontos?

Carvalho – Sobretudo no diálogo com os principais atores na economia e na política. O governo da presidenta Dilma deixou de fazer da maneira tão intensa, como era feito no tempo do Lula, esse diálogo de chamar os atores antes de tomar decisão – de ouvir com cuidado, e ouvir muitos diferentes, para produzir sínteses que contemplassem os interesses diversos. Há uma disposição explícita da

BBC Brasil – Movimentos sociais também se queixam da falta de diálogo.

Carvalho – Não faltou diálogo, o que faltou no caso dos movimentos sociais foi o atendimento das demandas. A reforma agrária e a questão indígena avançaram pouco. A reforma urbana – as estruturas de funcionamento das cidades, a mobilidade urbana – também não foi o que os movimentos esperavam.

BBC Brasil - Como avançar nesses temas?

Carvalho – Uma parte compete à presidenta. É ela que deve receber no gabinete as forças dos diversos setores da sociedade. Se o presidente pratica mais diálogo, induz o conjunto do governo a praticar. Para o atendimento das demandas, tem de fortalecer alguns órgãos de governo. No caso da reforma agrária, o Inca (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). No caso da política indigenista, a Funai (Fundação Nacional do Índio). Isso implica aumentar o orçamento, fazer concurso, comprar terrenos, indenizar quem está em terra indígena.

BBC Brasil - A Funai está sem presidente efetivo desde junho de 2013, e o governo paralisou todas as demarcações de terras indígenas. Por que crer que nos próximos quatro anos a política indigenista mudará?

Carvalho – No final do governo, fizemos uma avaliação com a presidenta e ela própria expressou que temos que avançar. Para ela são duas preocupações: a reformulação da saúde indígena e a demarcação, mudando a lei e colocando no orçamento recursos para indenizar famílias que estão em terras indígenas.

Nosso foco é sobretudo os guarani kaiowá e os terenas no Mato Grosso do Sul, onde a situação é de miséria absoluta, morte, suicídio.

Agora não se pode deixar de reconhecer que cresceu muito, e infelizmente só tende a crescer mais, uma resistência ideológica e econômica fortíssima à questão indígena, que se representa fortemente no Congresso.

BBC Brasil - O governo não colaborou para fortalecer essa resistência quando a Advocacia Geral da União (AGU) publicou a portaria 303, ampliando as restrições ao reconhecimento de áreas indígenas, ou quando a Casa Civil anunciou que outros órgãos, como a Embrapa, passariam a atuar nas demarcações? Foram tiros no pé?

Carvalho – Foram tiros no pé, sim. A 303, particularmente. No caso da Casa Civil, na gestão da ministra Gleisi (Hoffmann), temos que reconhecer que houve sinais trocados que não favoreceram.

BBC Brasil - O governo também não alimentou essa resistência ao se aliar a políticos tidos como adversários dos índios, como a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)?

Carvalho – Atribuir essa culpa ao governo é um absurdo. A direita cresce porque cresce. O partido da Kátia Abreu está na nossa base. Se eu restringir minha base àqueles que pensam como nós, não aprovamos nenhuma lei. Fazer aliança significa trabalhar com o adversário, digo, com o diverso.

Em nenhum momento foi por conta da Kátia Abreu que deixamos de avançar. Não avançamos porque faltou competência e clareza. Mas não dá para dizer que não foi feito nada.

BBC Brasil - O que foi feito?

Carvalho – Foram demarcadas algumas terras e foram feitas duas desintrações históricas (a expulsão de não índios das terras indígenas Marãiwatsédé, em Mato Grosso, e Awá Guajá, no Maranhão). Enfrentamos inclusive forças do Congresso. Fui chamado duas vezes na Comissão de Agricultura para levar pancada.

Além disso, iniciou-se uma discussão sobre como resolver conflitos. Uma coisa é você homologar a terra munduruku, uma das maiores do país, no sul do Pará, onde não tinha conflito nenhum. Outra coisa é no Mato Grosso do Sul, onde o próprio governo levou gente lá e titulou essas pessoas.

Isso gera um problema enorme, porque a lei não permite indenizar desapropriações em terra indígena. Teremos que alterar a lei.

Estamos com uma crise energética no país que não é pequena e temos de realizar Belo Monte. Mas acho que houve erros no processo de implantação da obra.

BBC Brasil - O governo tem usado a Força Nacional para reprimir protestos contra grandes obras, como em Belo Monte. Não há outra forma de lidar com essas resistências?

Carvalho – Acho que houve erros em Belo Monte no processo de implantação da obra, no ritmo das compensações e tal. Agora, quando você mantém um diálogo permanente – e instalamos lá uma casa de governo para dialogar – e se apela para ocupação de uma obra que tem interesse nacional, é dever do Estado enviar todos os esforços para que a obra retome o ritmo. Estamos com uma crise energética no país que não é pequena e temos de realizar Belo Monte.

BBC Brasil – A mesma postura valerá para as usinas que o governo quer erguer no rio Tapajós, no Pará? Há queixas de que o governo não está cumprindo a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (que exige que índios sejam consultados sobre obras que os afetem).

Carvalho – Estamos com uma equipe lá tentando fazer a implementação da 169, mas há uma sabotagem sobretudo da parte de entidades.

BBC Brasil - Que entidades?

Carvalho – Não vou dizer. Ontem nosso companheiro ligou dizendo que os índios ficam constrangidos, porque querem dialogar, mas têm medo das entidades, que determinam um comportamento para eles. Estamos numa situação difícil.

É uma intervenção numa área onde o Estado está muito ausente. Um dos erros de Belo Monte foi o Estado não chegar antes da construção e suas consequências. Mas não abriremos mão de construir Tapajós.

A consulta não é deliberativa. Ela deve ser feita para atender demandas, diminuir impactos, mas não é impeditiva.

BBC Brasil - O que acha do pedido do Ministério Público para que ribeirinhos também sejam consultados sobre a obra? Eles serão ouvidos?

Carvalho – Serão. Não vejo nenhum problema.

Quem já conviveu nesses últimos nove anos com esse clima (de corrupção) não tem o que temer. Teria que temer se tivesse algum envolvimento da Dilma ou do Lula na história. Como não tem, vamos administrar isso como fizemos outras vezes.

BBC Brasil - A oposição cresceu no Congresso e há hoje ali um clima hostil ao governo. Como farão para aprovar as reformas prometidas?

Carvalho – Há uma repercussão ainda do processo eleitoral. Quando janeiro chegar, as coisas não serão iguais. A composição ministerial vai levar em conta a necessidade de contemplar essas forças no Congresso.

Outro aspecto é a governabilidade social. A eleição mostrou o quanto a militância social está disposta a ir para a luta. É um fator que teremos de trabalhar para fazer

avançar processos, sobretudo a reforma política. Se não tiver rua, se não tiver mobilização, não tem nenhuma esperança de passar nesse Congresso.

BBC Brasil - O novo governo começará em meio a um novo escândalo de corrupção, agora na Petrobrás. Teme os desdobramentos do caso?

Carvalho – Quem já conviveu nesses últimos nove anos com esse clima não tem o que temer. Teria que temer se tivesse algum envolvimento da Dilma ou do Lula na história. Como não tem, vamos administrar isso como fizemos outras vezes.

É evidente que qualquer denúncia desse tipo, que envolve uma empresa do tamanho da Petrobras, cria problema. Seria maluco dizer que não, que não nos preocupa. O que posso dizer é que não nos preocupa do ponto de vista do núcleo do governo, da presidenta Dilma, do ex-presidente Lula, dos ministros que estão no governo atualmente. Mas não temos ainda informação de como esse inquérito está sendo conduzido, qual o conteúdo dele.

Sobretudo porque a postura nossa nessa história é de não ser conivente e nem complacente com a corrupção. Vamos cortar na carne e liberar as instituições para que funcione a pleno vapor.

Política para drogas

BBC Brasil - A população carcerária no Brasil explodiu nos últimos anos por causa da repressão ao tráfico de drogas, mas a violência não diminuiu. Por que o governo não considera rever essa política?

Carvalho – O tema das drogas é de muito difícil abordagem. Estamos acompanhando a experiência do Uruguai. Ninguém ainda tem muita segurança. Enquanto a população não amadurece uma posição, o governo não tem condição de tomar essa ou aquela decisão de cima para baixo.

Sei do absurdo que é prender um moleque carregando um pouco de erva e jogá-lo na Papuda (presídio no Distrito Federal), mas não sinto no governo nenhuma iniciativa de enfrentar isso nos próximos quatro anos.

Violência policial

BBC Brasil – O que acha da proposta de desmilitarizar a polícia?

Carvalho – Tenho enorme simpatia, mas é questão pessoal minha. Nos marcos de uma reforma política, de uma reforma do Estado mais ampla, acho que teremos de enfrentar o tema. Mas não acho que desmilitarizando tudo estaria resolvido. A tortura nos cárceres não é feita pela PM, mas pela polícia civil.

BBC Brasil - Por que o governo nunca se posicionou contra a violência policial da mesma forma com que condenou o vandalismo em protestos?

Carvalho – Em nenhum momento, nas minhas falas ou nas da presidenta, eu vi omissão. Tanto que pessoalmente tive um problema ao fazer uma crítica aberta à PM de Brasília, quando houve aqui uma manifestação dos sem-terra. Fui alvo de tentativa de chamada no Congresso e de recados muito duros da PM.

Nós criticamos a violência das manifestações porque entendíamos que ela conspirava contra as próprias manifestações.

Crise da água e agenda ambiental

BBC Brasil - Pesquisadores dizem que a crise hídrica que enfrentamos é também uma crise ambiental. O governo, porém, manteve fortes incentivos à indústria automobilística e tem estimulado grandes investimentos em combustíveis fósseis, na exploração do pré-sal. O governo não precisa atualizar sua agenda ambiental?

Carvalho – Precisa. No caso da água em São Paulo, há um problema ambiental, mas também a ausência de obras. Mas a agenda ambiental que a meu juízo temos de atualizar diz respeito à questão urbana. Ao fortalecimento do transporte coletivo e à diminuição do estímulo ao transporte individual.

Do ponto de vista da matriz energética, temos de investir na diversificação. Na questão do desmatamento, na conversão para o orgânico e o agrobiológico. Temos um programa para que se universalizem essas práticas, inclusive no latifúndios. Precisamos tornar essas fórmulas economicamente rentáveis. Temos que romper a

barreira de que o Brasil é o maior consumidor de defensivos (agrotóxicos) do mundo.

Preciso trabalhar, eu acumulei experiência. Se ela (Dilma) me convidar a ficar no governo, eu vou ficar.

BBC Brasil - Isso não contradiz a estratégia atual do governo de conceder empréstimos cada vez maiores a grandes produtores de matérias-primas agrícolas, que fazem amplo uso de transgênicos e agrotóxicos?

Carvalho – Pelo contrário, você pode usar o financiamento como forma de reduzir os juros de quem empregar técnicas menos ofensivas à natureza.

BBC Brasil - Já conversou com a presidente sobre onde estará nos próximos quatro anos?

Carvalho – Não. Ela não está falando com ninguém sobre isso.

BBC Brasil - Continua no governo?

Carvalho – Preciso trabalhar, eu acumulei experiência. Se ela me convidar a ficar no governo, eu vou ficar.

BBC Brasil - Há quem diga que o senhor pode ir para Funai ou para alguma embaixada no exterior.

Carvalho – Só se for no Afeganistão (risos). Falando sério: qualquer ministro aqui na Esplanada que falar qualquer coisa estará falando bobagem (BBC Brasil, 10/11/14)

### **Produção de açúcar recua na 2ª parte de outubro; etanol sobe**

A produção de açúcar do centro-sul do Brasil somou 2,05 milhões de toneladas na segunda quinzena de outubro da safra 2014/15, queda de 16,7 por cento ante mesmo período de 2013/14, enquanto a fabricação de etanol aumentou 3,1 por cento na mesma comparação, com usinas destinando mais cana para o biocombustível, informou nesta terça-feira a Unica, que representa as empresas do setor.

A produção de etanol na segunda parte de outubro somou 1,7 bilhão de litros, enquanto no acumulado da safra 14/15 a fabricação do combustível atingiu 23,3 bilhões de litros, alta de 6,4 por cento ante o mesmo período de 13/14.

Já a produção de açúcar, que apresenta preços baixos nesta safra, registra queda de 0,7 por cento no acumulado da temporada, para 29,5 milhões de toneladas, com as usinas do centro-sul destinando menos cana para a produção do adoçante, que tem se mostrado economicamente menos interessante que o biocombustível. "Os valores apurados continuam indicando uma tendência de produção mais alcooleira", afirmou a União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica), em nota.

Na segunda quinzena de outubro, 57,2 por cento da cana foi destinada à produção de etanol, enquanto no acumulado da safra até o final do mês passado o índice fechou em 56,18 por cento, ficando o restante da matéria-prima para o açúcar. O primeiro contrato do açúcar bruto na bolsa de Nova York atingiu em setembro o menor patamar em mais de cinco anos, devido a uma ampla oferta internacional. Nesta terça-feira, por volta das 13h45 (horário de Brasília), o contrato operava com alta de 1,53 por cento, a 15,90 centavos de dólar por libra-peso.

#### **VENDAS DE ETANOL EM ALTA**

As vendas de etanol hidratado destinado ao mercado interno pelas unidades produtoras localizadas no centro-sul atingiram 1,31 bilhão de litros em outubro, alta de 3,5 por cento ante o volume do mesmo período da safra passada.

Segundo o diretor técnico da Unica, Antonio de Padua Rodrigues, a viabilidade econômica do etanol na maior parte do mercado consumidor tem estimulado o consumo do produto. No total, as unidades produtoras do centro-sul comercializaram 2,21 bilhões de litros em outubro deste ano, sendo 83,03 milhões

para o mercado externo e 2,13 bilhões para o consumo doméstico (incluindo etanol anidro).

As vendas de etanol anidro (misturado à gasolina) no mercado interno atingiram 821,47 milhões de litros, alta de 1,8 por cento sobre o mesmo período de 2013. "Os patamares atuais de preços extremamente favoráveis ao etanol devem continuar estimulando o consumo em novembro...", disse Padua.

#### MOAGEM PERTO DO FIM

A moagem atingiu no acumulado desde o início da safra até 1º de novembro 515,3 milhões de toneladas, leve alta de 0,5 por cento em relação ao mesmo período do ano passado, com o centro-sul caminhando para encerramento da temporada. A Unica projeta uma moagem de 546 milhões de toneladas de cana em 14/15, ante um recorde de 597 milhões de toneladas na temporada 13/14, uma queda decorrente principalmente da severa seca que atingiu este ano o centro-sul, região que processa cerca de 90 por cento da cana do Brasil.

O número de unidades com safra encerrada até o final de outubro chegou a 48 usinas e destilarias, que, juntas, foram responsáveis por 12,3 por cento da moagem na safra 2013/2014. Na mesma época do ano anterior, 15 unidades haviam encerrado a moagem. Segundo o diretor técnico da Unica, "a queda de produtividade observada no mês de outubro deve ficar próxima do valor registrado em setembro".

Para ele, os números preliminares levantados ainda não indicam uma redução mais intensa do rendimento agrícola.

No acumulado desde o início da safra 2014/2015 até 1º de novembro, o teor de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR) por tonelada de matéria-prima totalizou 137,12 kg, contra 133,66 kg por tonelada registrada na mesma data de 2013 (Reuters, 11/11/14)

#### **"Não era possível atender aos interesses divergentes", diz ex-ministro**

"Nos últimos 20 anos, nenhum governo investiu em logística. O governo Dilma, que teve o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) como plano central, começou a mexer nisso pela primeira vez", diz Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura, em sabatina no Roda Viva desta segunda-feira (10). "Depois de alguns ajustes e de ampliar o lucro das empresas concessionárias, as empresas de infraestrutura estão criando interesse pelas obras. Eu vou ser justo, é preciso dizer que é o primeiro governo que conseguiu colocar isso em prática", ponderou Rodrigues. "Por mais que o túnel seja muito comprido, há uma luz no final", conclui.

Apesar de fazer elogios à gestão da petista, Rodrigues problematiza a situação em que os produtores se encontram: "É preciso ter políticas públicas melhores, como é feito em países desenvolvidos, que consideram os riscos do agronegócio. No mundo inteiro há o seguro rural, que prevê riscos naturais".

Segundo Rodrigues, a principal interferência ao desenvolvimento do setor é a falta de centralização das políticas desenvolvidas por uma única pasta da Esplanada. "Não existe política para o agronegócio, os instrumentos não estão centrados somente no Ministério da Agricultura. A parte da logística, por exemplo, está vinculada ao Ministério dos Transportes ou dos Portos", analisa.

O ex-ministro abandonou a pasta em 2006, após "ver que não era possível atender aos interesses divergentes". "Fui embora", conclui.

#### Agroenergia

"Havia um consenso no governo Lula de que etanol, biodiesel, etc., poderiam mudar a geopolítica mundial. Ele [Lula] viu que qualquer país pode produzir alimentos, então, a cana poderia ser um produto voltado à energia", ressalta. "O Lula acreditava nisso, mas tudo isso mudou, do nada. É muito complicado, muitos grupos estavam atraídos por uma visão de governo. No

entanto, a Dilma assumiu e acabou essa visão", aponta. "Hoje, já estamos dizendo que é possível misturar 27% do álcool na gasolina, mas precisamos discutir quem vai regularizar todos os processos que integram essa nova medida".

Para ele, o principal desafio do segundo mandato de Dilma na área é convencer os investidores de que o governo não fará grandes mudanças repentinas nas regras. "É preciso ter confiança de que investir é estável e duradouro".

Ao ser questionado sobre o avanço do etanol como fonte de energia em outros países, Rodrigues avalia. "Não dá para dizer se isso acontecerá, mas a mistura do álcool na gasolina, sim".

### **Sustentabilidade**

Em relação aos ataques feitos pela ANA (Agência Nacional de Águas) contra os agricultores, que apontaram uso excessivo de água pelo setor, Roberto diz acreditar que "não há certeza de que a agricultura tenha estimulado a estiagem em São Paulo". "Agricultura não consome água; agricultura somente usa a água. Eu tenho muitas dúvidas quando alguém diz o contrário. Olha só para um pé de milho, 60% daquilo é água. A água não é consumida pela agropecuária, ela é usada", analisa. Questionado sobre a possível nomeação de Kátia Abreu (PMDB-TO) ao Ministério da Agricultura - principal nome apontado nos bastidores da Esplanada dos Ministérios -, Rodrigues diz estar muito confiante: "Ela seria uma excelente ministra. Ela é forte, dura, tem conhecimento profundo sobre os problemas e está muito próxima à presidente".

Participam da bancada de entrevistadores do Roda Viva nesta edição Bruno Blecher, diretor de redação da revista Globo Rural; Daniel Barros, repórter da revista Exame; Fernando Lopes, editor de Agronegócios do jornal Valor Econômico; e Maurício Tuffani, blogueiro de meio ambiente do jornal Folha de S.Paulo (Assessoria de Comunicação, 10/11/14)

### **Autoridades dos EUA podem não aceitar papel de vítima da Petrobras**

Em meio a um escândalo de corrupção que vai se aprofundando na Petrobras, a estatal está se apresentando como vítima de empreiteiras em conluio, que extorquiram a petrolífera brasileira e subornaram executivos e políticos corruptos.

Mas alguns especialistas dizem que pode ser difícil convencer com esse tipo de argumento as autoridades dos Estados Unidos que estão investigando possíveis violações da Lei de Práticas de Corrupção no Exterior (FCPA, na sigla em inglês) por parte da Petrobras.

Autoridades da comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos, a SEC, estão realizando um inquérito civil sobre o escândalo e tem recebido informações há mais de um mês da força-tarefa de promotores brasileiros que trabalham no caso, de acordo com o procurador da república Carlos Fernando dos Santos Lima. "Eles querem saber exatamente se [a Petrobras] tem responsabilidade pelo pagamento dessas propinas", disse Lima a respeito da SEC, cuja investigação foi divulgada pela primeira vez pelo jornal britânico "Financial Times" no fim de semana.

Segundo os promotores, o diretor de refino e abastecimento da Petrobras de 2004 a 2012, Paulo Roberto Costa, concedeu projetos aos membros de um suposto cartel de construtoras brasileiras que sistematicamente superfaturaram os custos em até 20%. As empresas então repassavam até 3% do valor total dos contratos sob a forma de subornos a Costa, a políticos brasileiros e a pessoas que fazem lavagem de dinheiro. Costa, que está em prisão domiciliar e não pode ser contactado, está cooperando com os investigadores brasileiros por meio de um acordo de delação premiada e forneceu boa parte das informações sobre o esquema de corrupção.

As autoridades americanas com frequência monitoram companhias estrangeiras para fiscalizar se elas cumprem as normas da FCPA: oito das dez maiores penalidades aplicadas até hoje foram acordadas com empresas não americanas. A Petrobras, que tem ações negociadas na Bolsa de Nova York, a Nyse, já emitiu títulos de dívida nos mercados dos EUA e possui uma empresa no país está sujeita à jurisdição da SEC.

O Departamento de Justiça dos EUA, que lida com violações criminais relacionadas à FCPA e cujo poder legal tem uma jurisdição ainda mais ampla, também está investigando o caso, de acordo com o "Financial Times". Lima disse que sua equipe ainda não foi contatada pelo Departamento de Justiça. Em um comunicado enviado por e-mail na quarta-feira, a Petrobras informou que não tem conhecimento de qualquer investigação, seja do Departamento de Justiça americano ou da SEC. A Petrobras acrescentou que "já entrou em contato com os órgãos norte-americanos acima mencionados, informando-os sobre o início dos esforços para examinar as acusações à empresa".

Tanto a SEC como o Departamento de Justiça não quiseram comentar.

Lima disse que os promotores brasileiros consideram a Petrobras como uma vítima de executivos desonestos da empresa agindo de forma independente, do suposto cartel das construtoras e de políticos corruptos. "Funcionários da Petrobras foram subornados, mas a empresa em si não pagou nada", disse Lima. "Foram as empreiteiras que pagaram."

A Petrobras concorda com essa interpretação do escândalo.

"A Petrobras reforça, por fim, que está sendo reconhecida oficialmente pelas autoridades públicas como vítima", afirmou a empresa num comunicado à imprensa no mês passado. Ela prometeu realizar uma investigação interna rigorosa e colaborar com as autoridades brasileiras sobre o caso.

Mas, de acordo com as diretrizes do Departamento de Justiça americano para processar organizações empresariais, "uma empresa só pode agir através de" indivíduos e pode ser responsabilizada pela conduta imprópria dos seus funcionários. A confissão de Costa de que recebeu propinas de empresas do alegado cartel e tinha conhecimento dos pagamentos a políticos pode tornar a Petrobras passível de um processo por agências americanas de fiscalização, de acordo com especialistas.

"A grande maioria das ações de fiscalização da FCPA se baseia, na verdade, em pagamentos indiretos", diz Mike Koehler, professor de direito da Universidade do Sul de Illinois. "Se a Petrobras pagou um montante superfaturado para uma empreiteira, as perguntas serão: Por que [isso ocorreu]? Eles estavam cientes de que a quantia estava superfaturada? Quais medidas tomaram para remediar a situação ou eles simplesmente aceitaram o valor superfaturado, imaginando ou suspeitando que [o dinheiro] iria para outro lugar?"

Segundo Lima, os executivos responsáveis por outras divisões se envolveram em esquemas semelhantes ao descrito por Costa. Em declarações gravadas disponibilizadas pela Justiça brasileira, Costa disse que os partidos políticos da coalizão governista nomearam diretores de várias divisões da empresa e que o conhecimento dos esquemas de suborno era generalizado. Costa fez as declarações como parte do acordo de delação premiada.

Os partidos da coalizão governista negaram as acusações.

De acordo com os promotores, entre 8 e 16 das maiores construtoras brasileiras conspiraram para aumentar o preço dos contratos da Petrobras em até 20% acima das projeções básicas de cada empresa. Até 3% do valor dos contratos eram supostamente destinados para as propinas.

As disposições da FCPA contra suborno se aplicam apenas aos que pagam as propinas, não aos que recebem. A lei também tem as chamadas disposições relativas a livros-caixa, registros e controles internos, que são mais amplas.

Tom Fox, consultor da FCPA de Houston, no Texas, que vem acompanhando o caso da Petrobras, não tem certeza se as autoridades americanas considerariam a empresa brasileira responsável pelos alegados pagamentos de propinas. "É isso que torna esse caso tão interessante, porque normalmente os EUA não investigam a empresa que recebeu o suborno", diz Fox. "Ao abrir uma investigação, eles estão sinalizando que talvez haja ali algo que nós ainda nem sabemos ainda" (The Wall Street Journal, 14/11/14)

### **Área de cana cai pela 1ª vez desde 2008**

Levantamento de instituto aponta ainda que houve redução de quase 10% na produtividade dos canaviais de SP. Crise que atinge o setor sucroenergético e a estiagem foi responsável pelos dados ruins da safra.

Pela primeira vez desde 2008, a área de cana-de-açúcar plantada no Estado de São Paulo apresentou queda.

Levantamento divulgado pelo IEA (Instituto de Economia Agrícola), da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, aponta que o plantio na safra atual foi 0,4% menor que a passada.

Em 2014/15, foram plantados 6,13 milhões de hectares de cana, enquanto em 2013/14 o plantio ocorreu em 6,15 milhões de hectares. Até então, o órgão só havia registrado elevação de área plantada. A produtividade também sofreu redução, de 9,4%. De acordo com o IEA, a queda é resultado das condições econômicas e climáticas adversas que o setor sucroalcooleiro enfrentou neste ano.

Os números fazem parte do quarto levantamento feito pelo instituto no ano. O quinto e último, com dados consolidados e primeiras previsões para a safra futura, deve sair só no início de 2015.

Para o presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Açúcar e Alcool, Ismael Perina Junior, a crise que o setor sucroalcooleiro atravessa, associada à falta de chuvas, derrubou a produção e inibiu o crescimento de área plantada de cana no Estado de São Paulo. "Tem muita usina fechando ou entrando em recuperação judicial. Essa cana que era moída por essas empresas não é absorvida e isso reflete em números menores nesta safra", disse.

Ele afirmou também que, sem água suficiente para se desenvolver, a planta acabou ficando menor. O diretor-presidente da Orplana (Organização de Plantadores de Cana da Região Centro-Sul do Brasil), Manoel Ortolan, atribui os problemas financeiros enfrentados pelas usinas às reduções de produtividade e área plantada.

### **SEM RENOVAR**

Sem dinheiro para investir, os canaviais não são renovados. Além disso, o setor deixa de aplicar os recursos necessários para proteger a lavoura de ataques de pragas. "As empresas usam menos fertilizantes para controle de pragas e ervas, o que inibe o desenvolvimento das plantas. O setor está descapitalizado, sem dinheiro. Com isso, os canaviais não recebem o devido cuidado para garantir uma boa produtividade", afirmou Ortolan.

A engenheira agrônoma Katia Nachiluk, pesquisadora do IEA, disse que a seca derrubou a produtividade, das 80,7 toneladas de cana por hectare na safra passada para 72,5 toneladas, na atual. "Houve anos em que a produtividade atingiu 85 toneladas [por hectare] mas, como não choveu agora, o rendimento foi menor nesta safra. Além disso, o setor está sem recursos para investimentos na renovação de canaviais", afirmou a pesquisadora.

'Anomalia' do clima prejudicou a cana

A falta de chuvas, classificada pelos pesquisadores do IEA (Instituto de Economia Agrícola) de "anomalia climática", prejudicou o desenvolvimento vegetativo da cana-de-açúcar e afetou a produção no Estado de São Paulo.

Relatório do órgão diz que a falta de chuvas foi maior entre dezembro de 2013 e fevereiro deste ano, período normalmente propício para um bom



**SEDE/ESCRITÓRIO TÉCNICO:** Av. Dona Maria Elisa, 283 – CEP 13405 -232 Piracicaba/SP - Fone (019) 3423-3690  
**E-mail:** [ORPLANA@ORPLANA.com.br](mailto:ORPLANA@ORPLANA.com.br) **SITE:** [www.ORPLANA.com.br](http://www.ORPLANA.com.br)

crescimento das plantas. "Justamente na época em que a planta mais deveria crescer [no início do ano], a chuva foi insuficiente", disse a engenheira agrônoma Katia Nachiluk, pesquisadora do IEA.

Ainda de acordo com ela, outro fator que prejudicou a produção canavieira foram os focos de incêndio no Estado. De janeiro a agosto deste ano foi registrado um número 2,1 vezes maior do que no mesmo período do ano passado. Os dados são do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) (Folha de S.Paulo, 14/11/14)